

Brasil precisa investir para recuperar infra-estrutura

Nilton Horita

SÃO PAULO — A equipe de governo que toma posse no dia 15 de março vai necessitar de US\$ 14 bilhões para reestruturar o sistema de telefonia, US\$ 10 bilhões para garantir o abastecimento de energia elétrica (há risco de racionamento em dois anos e meio se nada for feito) e outros US\$ 5 bilhões apenas para recuperação das estradas. Estes três setores são exemplos do que o país precisa em termos de investimento em infra-estrutura para reiniciar o processo de decolagem de uma nova fase de desenvolvimento. É a partir dessa perspectiva que os bancos credores consideram o problema do novo presidente da República, tomando posse com uma herança de US\$ 5,2 bilhões em atraso no pagamento da dívida externa brasileira nas costas.

“A chave da discussão é o futuro do Brasil”, afirma o presidente do Swiss Bank (um dos maiores credores suíços), Curt Pickel. “A maioria dos candidatos, porém está olhando as coisas de forma a projetar os problemas, o quando o pano de fundo é a necessidade de desenvolvimento brasileiro.” Hoje, o Brasil se encontra em uma situação delicada perante os olhos da comunidade financeira internacional. Não paga juros há três meses e descumpriu todas as cláusulas contratuais firmadas até com os bancos credores, como a conversão no nível mais baixo em relação à sua credibilidade junto aos credores, descrença traduzida pelo preço internacional de negociação dos títulos da dívida externa do país, hoje não mais que 22% do valor real.

Consumo — Curt Pickel afirma que, se a sociedade estiver de acordo que o país precisa optar pelo crescimento, será necessário que os novos governantes tenham clareza de que a opção pelo desenvolvimento não pode passar pelo aumento do consumo. “Se se fizer isso, será mais inflação”, afirma. Por essa razão, o objetivo determinado do governo precisa ser o de escolher o investi-

mento como instrumento fundamental de crescimento. “A planta industrial brasileira não está preparada para enfrentar o consumo potencial brasileiro e por isso é preciso investir primeiro em formação de infra-estrutura e mais produção.”

Pelo desejo dos credores, seria recomendável que o novo governo assumisse apresentando um plano claro de governo para ser perseguido nos cinco anos de seu mandato. “Mas, antes de mais nada, as regras têm que ser claras e principalmente respeitadas”, afirma, por sua vez, o presidente do Standard Chartered Merchant Bank (banco de negócios inglês), Igor Cornelsen. “É uma situação engraçada, temos o maior potencial do planeta em termos de perspectivas econômicas, mas estamos caminhando para trás.” A opção da sociedade pelo desenvolvimento, portanto, passa pela aproximação com a comunidade financeira internacional, pois a poupança interna do Brasil é insuficiente para garantir o investimento nessas áreas estratégicas.

Já que não há recursos no país, é preciso buscá-los no mercado internacional. E o sistema financeiro internacional evoluiu em relação ao modelo de empréstimos bancários e criou novas formas mais sensatas e dinâmicas para captação de recursos. Para isso, evidentemente, o Brasil precisa acalmar suas relações com a comunidade financeira internacional, criando espaço para discutir e determinar novas formas de captação do capital estrangeiro, seja pelo

Zaca Feltosa — 5/2/88



Kobayashi: desafio à auditoria

investimento ou outras maneiras mais sofisticadas. “O modelo dos anos 70 se acabou”, lembra Pickel. “Naquela época houve um exagero de créditos pelo excesso de liquidez, o que levou os bancos a não realizarem operações tecnicamente cuidadosas.”

Delfim Neto — No final dos anos 70, o então ministro do Planejamento Delfim Neto (hoje deputado pelo PDS) organizou um sistema de contratação de empréstimos contraiados por outros países do Continente. Mas os prazos, em

compensação, eram bem maiores. Esse dinheiro serviu para financiar toda a fase de crescimento industrial do Brasil dos anos 70 e início da década de 80. De qualquer forma foi um risco para ambas as partes. “Mas não se pode falar em auditoria sobre a dívida”, afirma o presidente do Banco de Tókyo, Toshiro Kobayashi. “Cada centavo foi utilizado em obras e para criação das condições estruturais do país. Desafio quem quiser fazer uma auditoria.”

O futuro, portanto, deve ser visto como uma oportunidade de se encontrar mecanismos mais saudáveis de financiamento do crescimento a partir do capital externo, mas é preciso relações normais. “A fase dos bancos credores emprestarem dinheiro novo para financiar o balanço de pagamentos dos países já acabou”, explica Cornelsen, da Standard. “Se um país entrar em crise no seu balanço de pagamentos, que recorra ao Fundo Monetário Internacional para compor reservas e renegociar com os credores.” Trata-se de um momento em que os bancos já perceberam que os países, como qualquer empresa, também podem falir.

Na visão dos bancos credores, o Brasil precisa se incorporar com o resto do mundo para poder se beneficiar dos processos de integração que estão sendo costurados nas finanças internacionais. Para os pagamentos atrasados, haverá condições de renegociação viáveis. “Como e quando vai se pagar isso é um assunto absolutamente negociável”, diz Pickel. “Claro que há preocupação com os atrasados, mas temos clareza que a crise dos anos oitenta foi provocada por um fluxo de caixa negativo do Brasil em função da falta de credibilidade. Dólares foram desviados e as empresas remeteram lucros. Um novo governo, apoiado pelo Congresso, e seguindo na linha correta de mundo moderno, vai criar o crédito que falta para o Brasil deslanchar pois as perspectivas do Brasil real são reais.”